



## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO**

### **Parecer Nº 1**

**Projeto de Lei nº 16/2020 - “Dispõe sobre a concessão de pagamento proporcional de Alvará de Localização e Fiscalização de Funcionamento no âmbito do Município de Entre Rios de Minas em razão da pandemia da COVID-19”.**

Examinada a matéria, esta Comissão vem relatá-la como legal e constitucional.

Assim sendo, somos pela tramitação do projeto apresentado, com o pedido de dispensa dos interstícios legais para que o mesmo seja discutido e votado nesta mesma sessão, com a inclusão das seguintes emendas modificativas, aditivas e supressiva.

**“Art. 1º - Fica inserido o §3º no Art. 1º do Projeto de Lei nº 16/2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação.**

*“Art. 1º - ...*

*§1º- ...*

*§2º- ...*

*§3º - Ficam mantidas as isenções estabelecidas pela Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.*

**Art. 2º - O Art. 2º do Projeto de Lei nº 16/2020 passa a vigorar com a seguinte redação.**

*“Art. 2º- Caso o contribuinte tenha realizado o pagamento integral das taxas de licenças de localização e de fiscalização de funcionamento em horário normal e especial terá direito, independentemente de prévio protesto, à restituição proporcional do tributo, mediante assinatura de requerimento em modelo padronizado e fornecido pelo Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal ou órgão que porventura venha a substituí-lo.*

Aprovado em 1ª e única Discussão  
e Votação  
Presidente  
21/05/2020



**CÂMARA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ: 00.990.667/0001-89**

Av. Dr. José Gonçalves da Cunha, nº 40 – Centro -

Entre Rios de Minas – MG

CEP: 35.490-000 – Fone: (31) 3751-1220

*Parágrafo único. ....*

**Art. 3º** - Fica renumerado o Art. 5º para Art. 4º, suprimindo o art. 4º do Projeto de Lei original, o qual passa a vigorar com a seguinte redação.

*“Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”.*

Câmara Municipal de Entre Rios de Minas, em 21 de maio 2020.

**Karina Oliveira Vasconcelos**  
Presidente da Comissão

**Anésio da Costa Reis**  
Membro

**Daniel Antonio Vieira**  
Relator

Aprovado em 1ª e única Discussão  
e Votação

Presidente

21/05/2020



**CÂMARA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ: 00.990.667/0001-89**

Av. Dr. José Gonçalves da Cunha, nº 40 – Centro -

Entre Rios de Minas – MG

CEP: 35.490-000 – Fone: (31) 3751-1220

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO  
FINANCEIRA E TOMADA DE CONTAS**

**Parecer Nº 2**


**Projeto de Lei nº 16/2020 - “Dispõe sobre a concessão de pagamento proporcional de Alvará de Localização e Fiscalização de Funcionamento no âmbito do Município de Entre Rios de Minas em razão da pandemia da COVID-19”.**

Examinada a matéria, esta Comissão vem relatá-la como legal e constitucional, enquadrada nos princípios legais que regem as diretrizes orçamentárias e com orçamento anual de 2020.

O Poder Executivo Municipal deverá observar todos os princípios legais que norteiam o referido ato de restituição aos comerciantes em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), de modo que não configure renúncia de receita sob pena de incorrer em infração ao referido diploma legal.


Assim sendo, somos pela tramitação do projeto apresentado, com o pedido de dispensa dos interstícios legais para que o mesmo seja discutido e votado nesta mesma sessão.

Câmara Municipal de Entre Rios de Minas, em 21 de maio 2020.

  
**Fernando Andrade Maia**  
Presidente da Comissão

  
**Karina Oliveira Vasconcelos**  
Membro

  
**Franklin William Ribeiro Batista Soares**  
Relator

Aprovado em 1ª e única Discussão  
e Votação  
  
Presidente  
22/05/2020





**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO  
FINANCEIRA E TOMADA DE CONTAS**

**Parecer Nº 2**


**Projeto de Lei nº 16/2020 - “Dispõe sobre a concessão de pagamento proporcional de Alvará de Localização e Fiscalização de Funcionamento no âmbito do Município de Entre Rios de Minas em razão da pandemia da COVID-19”.**

Examinada a matéria, esta Comissão vem relatá-la como legal e constitucional, enquadrada nos princípios legais que regem as diretrizes orçamentárias e com orçamento anual de 2020.

O Poder Executivo Municipal deverá observar todos os princípios legais que norteiam o referido ato de restituição aos comerciantes em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), de modo que não configure renúncia de receita sob pena de incorrer em infração ao referido diploma legal.

Assim sendo, somos pela tramitação do projeto apresentado, com o pedido de dispensa dos interstícios legais para que o mesmo seja discutido e votado nesta mesma sessão.

Câmara Municipal de Entre Rios de Minas, em 21 de maio 2020.

  
**Fernando Andrade Maia**  
Presidente da Comissão

  
**Karina Oliveira Vasconcelos**  
Membro

  
**Franklin William Ribeiro Batista Soares**  
Relator

Aprovado em 1ª e única Discussão  
e Votação

  
Presidente

22/05/2020